

PRÁTICA PEDAGÓGICA E ÓTICA DOCENTE NO CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA DA UNEB, CAMPUS VI

Núbia Maria de Brito Silva
Universidade do Estado da Bahia

Maria Goreth e Silva Nery
Universidade do Estado da Bahia

Resumo: O trabalho teve como objetivo analisar a visão do professor regente sobre a prática pedagógica dos licenciandos do curso de Geografia da Uneb *Campus VI*. A metodologia utilizada teve como amparo a pesquisa qualitativa, sendo aplicados questionários contendo questões subjetivas com os professores regentes a respeito da prática pedagógica dos licenciandos em Geografia. Conclui-se que houve uma mudança significativa na prática pedagógica dos estagiários, em razão de várias reformulações curriculares. Os estagiários apresentaram conhecimento teórico, ações inovadoras e motivadoras aos alunos.

Palavras-chave: Licenciatura em Geografia. Práticas Pedagógicas. Estágio Supervisionado.

Introdução

O licenciado em Geografia tem a docência como base de sua formação, sendo assim, indaga-se: o currículo de Geografia está em consonância com a legislação vigente para as licenciaturas? A sua implantação em Caetité promoveu mudanças significativas na prática pedagógica dos futuros professores? Como os professores regentes avaliam a prática pedagógica dos licenciandos de Geografia durante o Estágio Supervisionado da Uneb *Campus VI*?

A pesquisa teve como objetivo analisar a visão do professor regente sobre o currículo e a prática pedagógica dos licenciandos do curso de Geografia da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, *Campus VI*, visto que se compreende o regente como co-formador e, portanto, contribui para o acúmulo do conhecimento científico. Vale registrar que o currículo passou por reformulações que atenderam à legislação vigente.

A metodologia utilizada teve como amparo a pesquisa qualitativa, sendo aplicados questionários contendo questões subjetivas com os professores regentes a respeito da prática pedagógica dos licenciandos em Geografia.

Primeiro foi realizado um levantamento das escolas do município de Caetité-BA, bem como da quantidade de professores que tinham formação na área específica de Geografia. Na sequência, foi realizada a seleção das escolas que recebiam estagiários de Geografia, com o encaminhamento

do termo de liberação para realização da pesquisa nas escolas e no próprio *Campus VI*. Após a investigação dos dados preliminares, foi contactado um total de 15 sujeitos de pesquisa, que foram submetidos aos seguintes critérios: a) Ter aceitado participar da pesquisa por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), elaborado de acordo com a Resolução 196/96, do Conselho Nacional de Saúde. Avaliado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos da UNEB, cujo número de comprovante é 019019/2015; b) Ter formação específica de graduação em Geografia; c) Atuar como docente em Geografia nos quatro anos finais no Ensino Fundamental e no Ensino Médio; d) Ter recebido estagiários da UNEB *Campus VI* entre 2003 e 2013. Os critérios pré-estabelecidos e analisados limitaram a participação de apenas seis professores.

A reformulação curricular de Geografia ocorrida em 2002, foi o motivo de se estabelecer o critério de ter recebido estagiários entre os anos de 2003 e 2013, devido ao fato de que o curso foi redimensionado nessa época. Assim, era preciso verificar as consequências desta reformulação na prática pedagógica dos licenciandos, uma vez que a carga horária do estágio foi ampliada (de 120 horas para 400 horas). Após selecionar os professores regentes obedecendo aos critérios descritos, os questionários com questões abertas foram distribuídos e recolhidos posteriormente.

Inicialmente, destacamos um breve histórico da UNEB e da implantação do curso de Geografia do *Campus VI*, posteriormente, para dar conta da temática, que envolve diversos conceitos, abordamos uma reflexão sobre o currículo, em seguida enfatizamos a prática pedagógica, estágio supervisionado e professor-regente como categorias na pesquisa. No segundo momento, apresentamos os resultados e discussões, e por fim, traçamos as considerações finais, seguidas das referências.

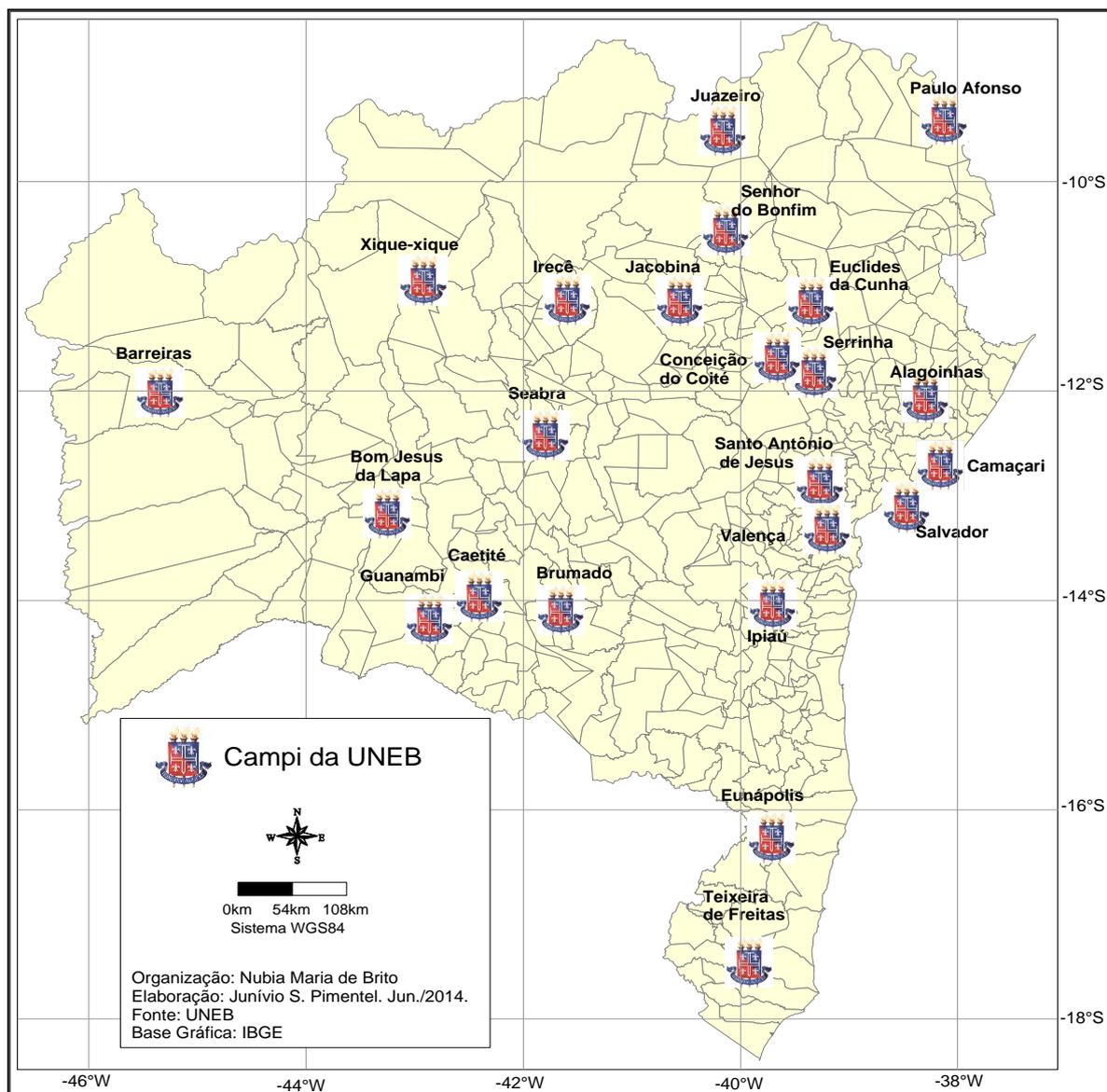
Breve histórico da UNEB e da implantação do curso de Geografia no *Campus VI*

A Universidade do Estado da Bahia (UNEB) foi criada pela Lei Delegada n. 66, de 01 de junho de 1983, com sede na cidade de Salvador, vinculada à Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Bahia, tendo sido autorizado o seu funcionamento pelo Decreto Presidencial n. 92.937, de 17 de julho de 1986, caracterizando-se por adotar um sistema *multicampi*.

Baseando-se no Parecer 133/95, do Conselho Estadual de Educação (CEE), o Ministério de Educação e Desporto, através da Portaria n. 909, de 31 de julho de 1995, reconheceu a legalidade da Instituição. Até 05 de novembro de 2001, a UNEB era constituída por 19 *campi*, quando foram criados, através do Decreto Estadual n. 8.057, os *Campi XX* (Brumado) e *XXI* (Ipiaú), totalizando 21 *campi*.

Em 2002 através do Decreto Estadual n. 8.354, de 31 de outubro, foram criados os *campi* XXII (Euclides da Cunha), XXIII (Seabra) e XXIV (Xique-Xique), totalizando 24 *campi*. A área de atuação da UNEB, abrange uma área de 447.039km² caracterizada por diversificada paisagem econômica e cultural. A interiorização do ensino superior através das ações de caráter educativo faz da UNEB, um importante agente de desenvolvimento local/regional. Conforme a figura 1.

Figura 1 Distribuição dos *campi* da UNEB



O Departamento de Ciências Humanas-DHC VI, constitui o *Campus* VI da UNEB. Este está localizado no município de Caetité, que fica a 757 km da capital do Estado, em linha reta. Segundo dados do IBGE (2010), o município ocupa uma área de 2.442,887 km² e conta com uma população de 47.515 habitantes. De acordo com a SEI (2011), Caetité faz parte do Território de Identidade

Sertão Produtivo.

Em 25 de outubro de 1962, foi criada a Escola de Nível Superior de Caetité, através da Lei n. 1082. O Ensino Superior, porém, só teve início em 1982, com a implantação do Curso de Licenciatura Curta em Pedagogia com Habilitação em Administração de Sistemas Educacionais (ASE), que era uma extensão do Centro de Educação Técnica da Bahia (CETEB), autorizado a funcionar, em caráter experimental, fora de Salvador através do Decreto n. 85.718 de 16 de fevereiro de 1981. Com o advento da Lei Delegada 66, de 01 de junho de 1983, a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Caetité (FFCLC) passou a ser incorporada à Universidade do Estado da Bahia (UNEB), como Unidade Universitária.

A Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Caetité em seu primeiro concurso vestibular ofertou o curso de Licenciatura de Primeiro Grau em Letras, em 1986, e expandiu a oferta, com a implantação do curso de Licenciatura de Primeiro Grau em Estudos Sociais. Ambos autorizados pelo Decreto Presidencial n. 92.926, de 16 de julho de 1986 e reconhecidos pelas Portarias Ministeriais n.211, de 20 de abril de 1989 e n. 1.010, de 24 de outubro de 1990.

O curso de Letras devido à formação continuada sofreu alterações e transformou-se em Licenciatura Plena, com as Habilitações em Português e Literaturas de Língua Portuguesa; Língua Inglesa e respectivas Literaturas no ano de 1994, através da Resolução n. 72, de 14 de novembro, do Conselho Estadual de Educação (CEE). O curso foi reconhecido pela Portaria Ministerial n. 743, de 25 de junho de 1997.

Em 1992, foram oferecidas as Licenciaturas Plenas em Geografia e História, resultantes da conversão do curso de Estudos Sociais. A autorização de funcionamento foi oficializada em 17 de julho de 1995 por meio das Resoluções 149 e 169/98, de 21 de agosto, respectivamente. Devido a Lei n. 7.176, de 10 de setembro de 1997, que dispõe sobre a reestruturação das universidades estaduais da Bahia, a UNEB adotou então a estrutura de departamentos para identificar as suas unidades universitárias, utilizando o critério de áreas de conhecimento para a denominação de cada *campus*. Com essa reestruturação, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caetité passa a receber a denominação de Departamento de Ciências Humanas - *Campus VI*.

As demandas observadas conduziram, em 1999, o Departamento de Ciências Humanas – *Campus VI*, a oferecer o curso de Ciências com Habilitação em Matemática, autorizado pelo Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), através da Resolução n. 233, de 09 de setembro de 1998 e reconhecido em 2006, pelo Decreto n.10.006, publicado no Diário Oficial de 25/05/2006.

No ano de 2004, os currículos dos Cursos de Licenciatura em Letras, habilitações em Língua Portuguesa e Literaturas e Língua Inglesa e Literaturas, Geografia, História e Matemática foram

redimensionados, em decorrência de um processo coordenado pela Pró-Reitoria de Ensino de Graduação, o que resultou na implantação de novas matrizes curriculares. Nesse mesmo ano, foi autorizada a implantação do Curso de Ciências Biológicas, através da Resolução n. 288/2004 do Conselho Universitário (CONSU), reconhecido em 2013.

O Departamento de Ciências Humanas – *Campus VI* configura-se na produção e socialização de conhecimentos e informações, bem como, na formação de profissionais críticos e reflexivos, tecnicamente competentes, em condições que correspondam às exigências políticas, sociais e técnicas da atualidade. Trata-se da formação de um profissional embasado por princípios éticos e humanísticos, para responder às exigências de um mercado de trabalho que apresenta demandas e ações no campo assistencial, gerencial, de pesquisa e principalmente, da educação. Assim, o *Campus VI* se insere e se mantém na região com o importante papel de contribuir de maneira significativa no processo de formar profissionais da educação para exercerem, dentro do cotidiano da sala de aula e, fora dela, a tarefa de educar e interferir de forma positiva no desenvolvimento do Território de Identidade Sertão Produtivo.

No ensejo de formar docentes que possam dar continuidade ao legado de Anísio Teixeira, agregando a novas nuances e novos valores, o *Campus VI* toma a prática pedagógica, em seu sentido mais abrangente, como atividade que preside, organiza, sintetiza, enfim, a ação dos professores das mais variadas áreas em sala de aula, por meio de suas áreas disciplinares, colocando-se num movimento conjunto de deslocamento para a transdisciplinaridade.

No *Campus VI*, à linha inclusão social e a construção de cidadania, promovida pela comunidade acadêmica, técnicos e funcionários, agrega-se o papel social também desempenhado pelo ensino, pesquisa e extensão, beneficiando centenas de pessoas em Caetité e nos demais municípios que compõem a região, sejam eles de natureza urbana ou rural.

A implantação do curso de Licenciatura em Geografia no *Campus VI*, resultou de uma demanda regional por formação de profissionais da educação na área específica. Em 1992, foram oferecidas as Licenciaturas Plenas em Geografia e História, oriundos da plenificação do curso de Estudos Sociais. Em 1998, foi reconhecido conforme Parecer CEE, n. 016/98, publicado no Diário Oficial de 14 e 15/02/98.

No ano de 2004, com a autorização e implantação do redimensionamento dos currículos dos cursos de formação de professores da UNEB, buscou-se construir um currículo que equacionasse conteúdos, eixos, habilidades e competências em uma proposta de matriz curricular. Essa concepção, pautada na perspectiva possível de que o estudante possa vir a construir seu próprio currículo, atendendo às suas necessidades profissionais docentes e respeitando os princípios básicos teórico-conceituais e metodológicos da formação do professor de Geografia para a Educação

Básica, atendendo proposta da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 93.94/96 e das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN).

As demandas curriculares exigem outros olhares sobre currículo, portanto algumas reflexões sobre o caminho a ser traçados serão abordados.

Currículo: breves reflexões

O currículo representa uma radiografia do que será ensinado: disciplinas, objetivos, conteúdos. Porém, mais que um documento instrucional, o currículo é um norte para direcionar um ensino voltado para a formação do cidadão.

A composição curricular trabalha interligando os três elementos indispensáveis no processo de aprendizagem: o sujeito (educando), o agente (educador) e o objeto (conteúdos da disciplina). Com esta abordagem, não se pode mais compreender elementos isolados no processo educativo, por isso é que o currículo, do Curso de Geografia tem por objetivo possibilitar aos sujeitos a aquisição e aplicação de conhecimentos relativos à área, levando em consideração a realidade concreta em que estes conhecimentos deverão ser discutidos e aplicados. O currículo passa a ser, portanto, um ato político, enquanto demonstra o esforço de conhecer a realidade e atuar diretamente para a sua transformação.

A partir da adequação à realidade, o currículo propõe o surgimento de um curso capaz de fornecer muito mais do que simples informações livrescas: a consciência de que o homem é senhor do seu próprio destino e construtor de sua própria história (SILVA, 2015).

O currículo na perspectiva social deve atender as demandas do mundo do trabalho na realidade atual globalizada, competitiva e excludente; que exige dinamismo, atitude, tomada de decisão, engajamento, enfim, o estar-no-mundo como cidadão ativo e pleno de direitos. Portanto, consideramos que o currículo que se enquadra no contexto da realidade social tem mais condições de contribuir para uma formação do estudante preparado para os desafios da sociedade contemporânea.

Dessa maneira a prática pedagógica vem subsidiar a ação docente de maneira a promover a reflexão dos educandos visando o pleno exercício de sua cidadania como agente ativo na sociedade contemporânea.

Prática pedagógica: algumas reflexões

A prática pedagógica abrange a experiência histórica das ações e a materialização de formas de desenvolver a atividade docente. Assim as ações do professor são formadas em concordância com os desígnios/escopos postos pela sociedade historicamente construída (SACRISTÁN, 1999).

Nesse sentido, “[...] a prática pela prática e o emprego de técnicas sem a devida reflexão podem reforçar a ilusão de que há uma prática sem teoria ou de uma teoria desvinculada da prática”. (PIMENTA; LIMA, 2004, p. 37). O professor deve saber mediar ao longo da sua ação docente uma e outra, utilizando-as adequadamente conforme as diferentes situações de ensino.

Compreendendo a escola como um espaço do saber diversificado, no qual as práticas pedagógicas variam de acordo com os professores que as executam. No cotidiano de sua práxis, o professor elabora estratégias para que o aluno consiga apreender o que esta sendo proposto no seu planejamento no qual reflete os conteúdos, objetivos e avaliação. Assim, os métodos utilizados pelos professores tornam-se mais visíveis podendo caracterizar a sua atuação enquanto docente (SANTOS; SANTOS, 2007).

A docência entendida como atividade intelectual e prática revela que os conteúdos trabalhados são construções teóricas fundamentadas na pesquisa científica. A prática pedagógica requer de si reflexão, crítica e constante criação e recriação do conhecimento e das metodologias de ensino, o que implica uma atividade de investigação permanente que necessita ser compreendida e valorizada (PONTUSCHKA, 2007).

Desenvolver a prática pedagógica compreendendo o espaço geográfico como uma construção histórico-social adotando uma concepção teórico-metodológica de caráter epistemológico interdisciplinar resulta em considerar as situações espaço-temporais e as relações entre a sociedade e a natureza importantes para ampliar o ponto de vista do aluno para a dimensão geográfica.

A prática pedagógica apropriada para alcançar os objetivos da Geografia é a que valoriza a participação do aluno na elaboração dos saberes, no desenvolvimento de suas próprias capacidades de aprender e em sua inserção crítica a participativa na sociedade. A perspectiva é incentivar a autonomia e a expressão do pensamento do aluno em seu diálogo com o conhecimento (SILVA, 2015).

Estágio Supervisionado: breves considerações

Entende-se o Estágio Curricular Supervisionado como eixo articulador entre teoria e prática e, como tal, deverá ser executado *in loco*, onde o estagiário terá contato com a realidade profissional onde irá atuar não apenas para conhecê-la, mas também para desenvolver as competências e

habilidades específicas. Ao realizar o estágio o estudante supera suas próprias deficiências, testa sua capacidade para o trabalho, aprimora seu relacionamento humano, desenvolve o comportamento ético em relação às suas atividades profissionais, além de verificar sua interação com a escolha profissional.

A obrigatoriedade do estágio curricular na formação profissional está definida na legislação federal LDB 9394/96 e nos atos normativos dela originados. Em específico encontra-se discutido no Parecer CNE/CP 27/2001 e estabelece que o Estágio Curricular Supervisionado deve ser realizado em escolas de educação básica para abordar as diferentes dimensões da atuação profissional (BRASIL, 1996, 2001). Estas determinações referentes à obrigatoriedade dos estágios estão reafirmadas nas Diretrizes Curriculares de Licenciaturas (BRASIL, 2002) e DCN de Geografia (BRASIL, 2002). Deve ser vivenciado durante o curso de formação e com tempo suficiente (BRASIL, CNE/CP 28/2001). Deve, de acordo com o projeto pedagógico próprio, ser desenvolvido a partir da segunda metade do curso reservando-se um período final para a docência compartilhada, sob a supervisão da escola de formação, preferencialmente na condição de assistente de professores experientes. Para tanto, é preciso que exista um projeto de estágio planejado e avaliado conjuntamente pela escola de formação inicial e a escola campo de estágio, com objetivos e tarefas claras e que as duas instituições se auxiliem mutuamente, o que pressupõe relações formais entre a instituição de ensino e as unidades dos sistemas de educação básica. Esses “tempos na escola” devem ser diferentes e segundo os objetivos de cada momento de formação. Sendo assim, o estágio não pode ficar sob a responsabilidade de um único professor da escola de formação, mas envolver uma atuação coletiva dos formadores. (PICONEZ, 1998).

Atendendo ao que dispõe a legislação federal sobre o Estágio Supervisionado, pode-se afirmar que é um momento de formação profissional, seja pelo exercício direto *in loco*, seja pela presença participativa em ambientes próprios daquela área profissional, sob a responsabilidade de um profissional habilitado (BRASIL. Parecer CNE 28/2001).

O Estágio Curricular Supervisionado se constitui umas das condições para a obtenção da licença para o exercício profissional na medida em que é considerado o momento de efetivar, sob a supervisão de um professor experiente, um processo de ensino e aprendizagem em que se tornará concreto e autônomo quando da profissionalização deste estagiário. Este poderá acontecer em instituições de ensino público: municipais e estaduais, havendo a possibilidade de instituições não formais de ensino quando em atividades de extensão.

Diante destes atuais dispositivos legais, é necessário refletir como se dá na prática pedagógica e, principalmente qual a sua concepção atual, pois não cabe mais repetir modalidades que legitimam a separação entre teoria e prática e ou concebê-lo como complementação aos

conteúdos de formação específica de cada curso. O grande cerne do curso de formação de educadores é formar para a totalidade da educação básica - desde conteúdos, gestão, planejamento, relação com a comunidade, com os educadores e alunos, etc.

Além de cumprir uma exigência da legislação, o estágio tem como função principal preparar o futuro profissional e, assim, ganha outro conceito bem mais ampliado que é o momento de experiência viva, o contato real com os desafios da docência. O estágio não é uma encenação do que será a prática docente, nem tão pouco, um mero treino repetitivo de um modelo a ser seguido para transmitir os conteúdos. Na perspectiva contemporânea, o estágio tem a função de introduzir o estudante no contexto que vai atuar profissionalmente oportunizando aos graduandos ressignificar os conhecimentos teóricos adquiridos ao longo do curso e contribuir para que os alunos construam novos conhecimentos e revisitem antigos com outros olhos.

O estágio é assim, o momento de confluência entre a teoria e a prática, ocasião em que se fortalecem as potencialidades, emerge a vocação para ensinar, consolida-se o sentido de ser professor. Nesse sentido, o estágio adquire o intento de “integrar o processo de formação do aluno, futuro profissional, de modo a considerar o campo de atuação como objeto de análise, de investigação e de interpretação crítica, a partir dos nexos com as disciplinas do curso” (PIMENTA; LIMA, 2004, p. 24).

O Estágio Curricular Supervisionado é o momento em que o graduando entra em contato com a multidimensionalidade do ensino, age sobre a realidade educativa, incorpora sua prática pedagógica na sala de aula imprimindo sua personalidade, sua visão de mundo, suas experiências anteriores.

O professor regente versus co-formação

O trabalho do professor inclui competências de um profissional intelectual que atua em situações singulares. Para tanto o domínio teórico do conhecimento profissional é essencial, mas não suficiente. É preciso saber mobilizá-lo em situações concretas, qualquer que seja a sua natureza. A produção do conhecimento teórico exige competência de construir um discurso sobre a prática (BRASIL, 1998, p.36).

Assim, o momento da formação é de extrema importância na carreira futura do professor. Os conhecimentos teóricos precisam estar aliados a competências exigidas pelo desenvolvimento da sociedade atual que tem novas tecnologias incorporadas a vida cotidiana e que podem auxiliar muito na composição do que é necessário para uma boa atuação profissional.

O professor que atua nas escolas que funcionam como laboratório para as universidades que

oferecem cursos de licenciaturas e recebem estagiários é o chamado professor regente. O professor regente cede sua turma para que o estagiário desenvolva as atividades no papel de professor num primeiro contato com a docência. Nesse caso esse profissional recebe uma dupla responsabilidade: além de orientar sua turma, também auxilia o estagiário nesse período.

Vale enfatizar que quando o professor regente abre as portas da sua sala de aula para receber o estagiário, permite a si mesmo a oportunidade de adquirir novos saberes, práticas inovadoras, uma vez que o estagiário traz em sua formação teorias educacionais (clássica e contemporânea) viabilizando uma troca enriquecedora aos sujeitos envolvidos no processo de estágio.

No caso específico do professor regente de Geografia, a iniciativa e a profissionalidade dele são essenciais no processo de estágio. Isso porque esse profissional junto ao estagiário realiza uma discussão conjunta e participativa para encontrar soluções para os possíveis problemas e para a boa condução das aulas.

Acrescentamos que o papel dos sujeitos no processo de estágio é de grande relevância, pois parceria estabelecida entre ambos visa à construção do ensino e aprendizagem que atenda a formação do indivíduo intelectualmente autônomo, cujo exercício da cidadania se efetive plenamente.

Visão dos professores co-formadores sobre os licenciados em Geografia

A pesquisa foi realizada nas escolas com seis professores regentes por meio de aplicação de questionário e também a análise do Projeto Político-Pedagógico do curso de Geografia da UNEB do *Campus VI*, localizado em Caetité. Após aplicação dos questionários com os professores regentes os resultados foram analisados e discutidos.

Vale registrar que o Estágio Curricular Supervisionado está dividido em quatro etapas, sendo que nas duas últimas o estagiário terá contato direto com o professor regente, no qual exercerá a prática docente (regência), que por sua vez refletirá a concepção curricular, bem como sua formação acadêmica.

Foi perguntado se os regentes consideravam importante receber estagiários e por quê. Os regentes demonstraram pelas respostas que para eles o estágio é positivo. Promove a troca de informações e traz metodologias inovadoras. As ações dos estagiários corroboram com a ideia de Kearcher (2005) para ele, o trabalho do docente tem que ser sempre inovador, alternativo e reflexivo. Todos foram unânimes quanto à relevância do estagiário para o ensino, a aprendizagem, a prática pedagógica, a gestão escolar, o cotidiano do aluno. Enfim, consideram um momento de grande importância para a formação do futuro profissional bem como a contribuição do mesmo no

período do Estágio Curricular Supervisionado, (PICONEZ, 1998).

Quando foi perguntado se os regentes receberam estagiários, no período de 2003 – 2013, quando estavam vigentes os primeiros currículos do curso de Geografia da UNEB *Campus VI*, todos os participantes da pesquisa receberam estagiários no período citado. Indagados a respeito da carga horária de estágio exigida pela Lei de Diretrizes e Bases de Educação (LDB) e Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), para a maioria dos regentes, o aumento de carga horária de estágio para 400 horas foi bem vindo e contribuiu para melhoria da prática pedagógica.

Os regentes foram questionados sobre o conhecimento do currículo vigente do curso de Geografia da UNEB (2004), dois professores regentes afirmaram não conhecerem o currículo. Diante do fato de professores co-formadores não conhecerem o currículo vigente de Geografia, constatou-se a necessidade de estreitar a relação com o professor regente, pois entendemos como parceiro no processo de formação do futuro professor. Vale ressaltar que o mesmo não tendo conhecimento pleno ou parcial, do currículo de Geografia, percebemos a partir das respostas que os referidos professores não deixam de reconhecer as transformações significativas ocorridas ao longo do tempo que atuam recebendo estagiários.

Questionados sobre o papel do professor de Geografia no contexto contemporâneo, os professores-regentes compreendem que o professor de Geografia em particular, tem papel relevante no processo de construção do conhecimento, vez que desmitifica a realidade imposta e amplia o campo de visão dos alunos preparando-os para o exercício da cidadania.

A postura de acolhimento aliada a métodos de ensino inovadores é propícia à aquisição de conhecimentos de modo que viabiliza autonomia por parte dos alunos. Com uma visão sobre a Geografia que discute temas atuais sobre transformação de espaço e efeitos a globalização, as aulas proporcionam uma ampliação do conceito de Geografia e do espaço bem mais contextualizado com a realidade circundante, Vieira (2007, 13) afirma que: “[...] o ensino de Geografia tem passado por significativas inovações em seus currículos e programas em que especialistas da área têm buscado introduzir na área do ensino as renovações teórico metodológicas sofridas pela ciência geográfica nos últimos anos”.

No que diz respeito à segurança/domínio dos estagiários ao assumirem a sala de aula, as respostas dos regentes sinalizam para as transformações no currículo de Geografia, principalmente, quando o estágio foi dividido em etapas. Nesse sentido, o primeiro estágio de regência o aluno em alguns casos demonstra insegurança por não ter experiência em sala de aula, já no segundo estágio percebe-se maior interação com a realidade da sala de aula em virtude da etapa anterior. Destacaram ainda que a universidade agregou novos projetos que somaram positivamente para a dinâmica de ensino no qual revela a natureza e o perfil das licenciaturas, o que contribui significativamente para

a formação docente.

Considerações Finais

A percepção dos professores regentes que acompanham estágios supervisionados foi tomada neste estudo como indicador relevante para uma apropriação mais ampla acerca do currículo do curso de licenciatura em Geografia, pois este profissional da educação básica assume no contexto da formação de futuros professores um papel de co-formador, na medida em que partilha sua experiência docente com os estagiários.

Na visão dos regentes, houve uma mudança significativa na prática pedagógica dos estagiários, em razão do currículo vigente do curso. Os estagiários apresentam conhecimento teórico, ações inovadoras e motivadoras aos alunos. Ressaltamos que os professores regentes não apontaram problemas na formação acadêmica dos futuros professores. Entretanto o que foi sinalizado como lacunas, diz respeito ao encaminhamento e parte do processo do Estágio Supervisionado. O que nos leva a constatar que os pontos levantados na pesquisa são resultados da ausência de comunicação entre os parceiros, de modo que dificulta a compreensão da dinâmica e concepção da natureza do Estágio, vez que o professor regente não concebe a relevância de seu papel neste processo.

O professor regente como co-formador, compartilha o espaço privilegiado - a escola - com o futuro professor que se prepara para exercer sua profissão. Nessa troca o estagiário vai construindo uma visão organizada e articulada da sua função docente. Os regentes têm um papel fundamental nesse processo, já que o conhecimento e a experiência acumulada por eles permitem ao estagiário elaborar uma leitura crítica da profissão.

Por fim esta investigação proporcionou um esclarecimento sobre a visão que os professores regentes têm da formação dos estagiários e, portanto, do curso de Geografia oferecido pela UNEB. Concluímos que o currículo no modelo que está concebido, atende e forma profissionais conforme traçado no seu perfil profissiográfico, no qual tem a docência como base de sua formação permitindo desenvolver saberes que possibilitam a produção de conhecimentos com base nos fundamentos epistemológicos, teóricos e metodológicos da Geografia.

Referências

BRASIL. Ministério de Educação e Desporto. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução 1/2002.**

BRASIL. Ministério de Educação e Desporto. **Lei, n.9394/96.** Brasília. 1996.

KEARCHER, N. A. A geografia escolar na prática docente: a utopia e os obstáculos epistemológicos da geografia crítica. In: **ENCONTRO NACIONAL DE PRÁTICA DE ENSINO EM GEOGRAFIA**, 8. 2005, *Anais...*Dourados, MS, 2005.

PICONEZ, S. **A prática de ensino e o estágio supervisionado**. 3. ed. São Paulo: Papyrus, 1998.

PIMENTA, S.G.; LIMA, M. S. L. **Estágio e docência**. São Paulo: Cortez, 2004.

PONTUSCHKA, N. N. et al. **Geografia em perspectiva: ensino e pesquisa**. São Paulo: Artmed, 2007. (Coleção Docência em Formação).

SACRISTÁN, J. G. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. Tradução Ernani F. da F. Rosa. 3. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2000.

SACRISTÁN, J.G. **Poderes instáveis em educação**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

SANTOS, Paula Regina de Souza; SANTOS, Sandra Regina de Souza. **O Professor e sua Prática: do planejamento às estratégias pedagógicas**. II Encontro Estadual de Didática e Prática de Ensino-EDIPE. Anápolis-Go. 2007.

SILVA, N.M.B. **Prática Pedagógicas dos Licenciandos do curso de Geografia: perspectiva do professor regente**. 2015. Dissertação (Mestrado Profissional Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação) UNEB.

SILVA, T.T. da, **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

VIEIRA, N. R. **As questões da geografia do ensino superior e do ensino fundamental a partir da formação continuada do professor e das categorias lugar, paisagem, território e região: um estudo da diretoria regional de ensino de Marília - SP**. 2007. 200f. Tese (Doutorado em Geografia). UNESP, Presidente Prudente, SP, 2007.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (UNEB). **Projeto do Curso de Geografia**, 1992.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (UNEB). **Projeto do Curso de Geografia**, 1996.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (UNEB). **Projeto do Curso de Geografia**, 2004.

SOBRE AS AUTORAS

Nubia Maria de Brito Silva

Mestre pela Uneb e professora da Uneb, *Campus VI Caetité*. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação e Ensino de Geografia- GEPEGEO/UNEB. e-mail: nbrito@uneb.br

Maria Goreth e Silva Nery

Doutora pela UFBA e professora da Uneb, *Campus VI Caetité*. Membro do Grupo de Pesquisa: Geografia e Transformações Contemporâneas/UNEB. e-mail: mgsilva@uneb.br